

FHC e Malan

VAI CHEGANDO AO FIM UMA NOTÁVEL PARCERIA DE MAIS DE UMA DÉCADA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Com o término do atual mandato presidencial, vai chegando ao fim a longa e notável parceria estabelecida entre o presidente da República e seu ministro da Fazenda. Trata-se de colaboração consolidada ao longo de mais de uma década, desde que Pedro Malan, incumbido da renegociação da dívida externa, decidiu recorrer ao senador Fernando Henrique Cardoso, para que este o ajudasse a desarmar espíritos e a transformar a postura de confrontação do Senado em precioso apoio à busca de uma solução aceitável para o problema da dívida.

Em maio de 1993, quando o presidente Itamar Franco, no seu sétimo mês de governo, houve por bem fazer de FHC seu quarto ministro da Fazenda, não foi surpreendente que Fernando Henrique Cardoso reservasse a Pedro Malan um lugar de destaque na nova equipe econômica. Em meio à completa descrença acerca das possibilidades do governo Itamar, FHC teve o grande mérito de conseguir constituir um grupo de economistas talentosos que afinal comporia o núcleo responsável pela concepção e implementação do Plano Real. Em setembro de 1993, com a questão da dívida externa já bem encaminhada, Pedro Malan foi nomeado presidente do Banco Central, cargo em que permaneceria até o final do governo Itamar Franco.

Ao fazer de Malan seu ministro da Fazenda em 1995, FHC tinha plena consciência de que a escolha estava fadada a sofrer fortes contestações dentro do seu círculo mais íntimo de colaboradores. Mas é difícil que já tivesse claramente em conta quanto de fato lhe custaria lidar com os desdobramentos dessas contestações. Seu primeiro mandato foi marcado por incessantes desavenças em torno da política econômica. As divergências envolveram não só a condução da política cambial, mas também a questão da abertura comercial e a efetiva prioridade que deveria ser conferida ao ajuste fiscal. Diante de tantos conflitos e da sua própria ambigüidade, FHC acabou optando pela linha de menor resistência. Procrastinou o ajuste fiscal e adiou a flexibilização da política cambial. Logo após a crise da Ásia, em 1997, houve até um momento em que política econômica parecia estar sofrendo nítida correção de rumo. Mas, poucos meses depois, já havia voltado à temerária trilha original.

Quando o País foi afinal engolfado pela grave crise cambial do início de 1999, já depois da reeleição, FHC e Malan poderiam ter partido para recriminações mútuas. A nenhum dos dois, teriam faltado bons argumentos. Mas resistiram bem à provação de Kipling: num momento em que todos ao redor pareciam ter perdido a cabeça e que toda a culpa lhes estava sendo atribuída, souberam manter a calma e se respaldar, um ao outro.

A crise levou a uma mudança definitiva na condução da política econômica e marcou o início do que talvez tenha sido a melhor fase da longa parceria entre FHC e Malan. O revés deu ao governo lucidez e senso de urgência para afinal fazer o que precisava ser feito. Ou, pelo menos, boa parte do que precisava ser feito. A nomeação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, o grande sucesso imediato de sua decisiva atuação e o desestímulo a

contestações internas à condução da política econômica permitiram que, em seu segundo mandato, o governo afinal conseguisse ter um discurso econômico harmônico e coerente. O círculo virtuoso vivido pela economia a partir de março de 1999 ajudou a reforçar no País o reconhecimento das virtudes da responsabilidade fiscal, do regime de câmbio flutuante e da política de metas para inflação. Três esteios da política econômica que emergiu da crise cambial.

Contudo, o círculo virtuoso, coroado pela vigorosa retomada de crescimento em 2000, seria bruscamente interrompido no segundo trimestre de 2001, quando o País se viu às voltas com a crise energética. Diante do novo e colossal desgaste político, o governo não teve outra opção a não ser reconhecer a gravidade da falha e cerrar fileiras para enfrentar as dificuldades da melhor maneira possível. Na verdade, o problema objetivo da escassez de energia seria resolvido em poucos meses. Mas seus desdobramentos estavam fadados a ser um tanto mais complexos. Num momento em que já havia grave dissensão política no âmbito da coalizão governista, o desgaste da crise energética deu alento a avaliações bem mais céticas da possibilidade de que FHC viesse a fazer o sucessor. Foi o marco inicial de um longo processo de desestabilização, alimentado pela incerteza acerca do desfecho da eleição presidencial, que se tornaria o grande desafio da condução da política econômica nos dois anos finais do segundo mandato de FHC.

O governo só conseguiu lidar com razoável sucesso com esse enorme desafio porque pôde recorrer, a um só tempo, aos melhores talentos de FHC, Pedro Malan e Armínio Fraga. No final de 2000, o ministro da Fazenda já havia percebido, que se o PT mantivesse o discurso radical que havia adotado nas eleições municipais daquele ano, a turbulência financeira poderia assumir proporções incontroláveis durante a campanha para a eleição presidencial. E é por isto que, abandonando seu estilo habitual, Malan não relutou em adotar um tom surpreendentemente incisivo nas suas críticas à inconseqüência do discurso sobre o plebiscito da dívida. É bem verdade que, desde então, o PT parece ter mudado da água para o vinho. Seria simplista, contudo, tentar explicar mudança tão vertiginosa, com base apenas num esforço autônomo de reflexão do partido. A dinâmica da conversão foi certamente influenciada pela evolução da campanha eleitoral e pela complexa relação que se estabeleceu entre o PT e o governo. Uma relação que, num primeiro momento, envolveu as desgastantes críticas de Malan, mas que posteriormente evoluiu para processos mais sutis, como a constrangedora cobrança de uma concordância pública e explícita do candidato do PT com as linhas básicas do acordo com o FMI, negociado em tempo recorde, em agosto. Mais recentemente, essa relação atingiu níveis de entendimento inimagináveis há quatro meses atrás.

Ter afinal conseguido suavizar uma transição que se afigurava tão problematicamente descontínua é o grande feito de FHC e sua equipe econômica neste final de governo.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.